

GILBERTO DE MELLO KUJAWSKI
PROCURADOR DE JUSTIÇA
INGRESSO MPSP: 28/12/1961 E SAÍDA 26/03/1987

Ingressei no Ministério Público Paulista no concurso do ano de 1961, na mesma turma daquele que viria a ser um dos juristas mais festejados do País, Damásio Evangelista de Jesus, e também meu contemporâneo foi José Fernando Mafra Carbonieri, futuro escritor e atual membro da Academia Paulista de Letras, o qual prestou prova oral de raro brilho, chamando atenção da banca examinadora.

Sou grato ao meu amigo de toda a vida, José Mattins Calçada, que me estimulou a prestar o concurso. Grato também a Manoel Octaviano Junqueira Filho, nome glorioso de um colega querido e admirado por todos. Era Procurador-Geral o Dr. Luiz de Mello Kujawski, meu irmão mais velho, e Secretário da Justiça o Professor Dr. Antonio de Queiroz Filho, fundador do Partido Democrata Cristão (PDC) em companhia de André Franco Montoro. Queiroz Filho, rara figura de humanista, foi homem de cultura superior, idealista de formação católica, discípulo do filósofo francês Jacques Maritain. Espírito aberto e acolhedor, receptivo e generoso, com sua eloquência discreta e seus modos suaves foi uma das pessoas mais intimamente sedutoras que conheci um dos modelos de minha formação cultural.

Era assessor do Procurador-Geral, o Dr. Roberto Gugliotti, Promotor de Justiça, pessoa extremamente jovial, comunicativa, da mais extrema confiança, querido por todos, uma unanimidade em nossa Instituição. Atendia a todos que o procuravam e colaborava para que fossem atendidas as reivindicações constantes e insistentes dos Promotores ministrando aos mais jovens conselhos preciosos emanados de sua extensa e variada experiência da vida. Notável *causeur* (conversador) entretinha ouvintes com a narração de casos os mais interessantes e pitorescos. Amante das artes e da literatura conhecia Camões de cor, recitando longos trechos de *Os Lusíadas* com todo o brilho de sua notável memória. Muito querido pela classe como verdadeiro irmão, seu melhor amigo e representante, aliava na mesma pessoa o máximo de simpatia, clarividência, lealdade, e notável capacidade de trabalho (sem prejuízo do lazer, nas rodas da *happy hour*, após um dia exaustivo de esforços).

Prostrado por infarto fulminante logo depois de completar 80 anos de idade, sua morte enlutou a classe inteira.

Outra personalidade notável foi o tesoureiro Raul Godoy, também querido por todos. Sua porta estava sempre aberta para todos os que o procuravam em busca de informações e de soluções para problemas de vencimentos. Godoy conhecia no detalhe o problema de cada Promotor ou Procurador e ao ser consultado já sabia do caso e da melhor solução para resolvê-lo. Sua modéstia era tão grande quanto sua competência. Homem humilde, seu maior orgulho era o filho, que fez concurso para o MP e entrou com folga. Raulzinho serve hoje na segunda instância do Tribunal de Justiça, como Magistrado operoso.

Concursos seguidos contribuía para o crescimento continuado da classe. A direção e a administração do Ministério Público já não cabiam naquelas poucas salas emprestadas pelo Tribunal de Justiça em seu Fórum na Praça Clóvis. A gestão de Luiz de Mello Kujawski na década de 60, durante o governo Carvalho Pinto, foi decisiva para a mudança da sede do MP para o Fórum Novo, na Praça João Mendes, onde passamos a ocupar dois andares, com sobra de espaço.

Meu irmão foi profissional zeloso, dedicado de corpo e alma ao Ministério Público. Por duas vezes seguidas recusou convite do Tribunal de Justiça para se transferir, pelo "quinto" na condição de Magistrado. Sem embargo de muitos amigos no Tribunal, conservou-se Procurador, leal às suas raízes no MP até a data de sua aposentadoria compulsória, aos 70 anos.

Conto apenas uma passagem de sua carreira como Promotor, para ilustrar seu zelo profissional e seu amor ao MP. Ao chegar à comarca da capital, ele trabalhou de início, na Vara do Júri. Certo dia recebe inquérito a propósito de um homicídio ocorrido num restaurante do centro, próximo ao Fórum. Alguma coisa no inquérito inspirou-o a fazer algo que o Promotor não é obrigado a fazer: a visita ao local do crime. Ao chegar ao restaurante, a maior surpresa: a cena do crime completamente alterada, em desacordo com as fotos constantes dos autos. Conversando com o proprietário, ingenuamente, este esclareceu. Havia passado pelo seu estabelecimento o advogado do indiciado, causídico muito conhecido e festejado na praça, com a fama de nunca ter perdido um júri. O defensor ponderou ao dono daquela casa de pasto que o

ambiente ficaria muito melhor se ele fizesse algumas alterações no recinto. Atrairia mais clientes. O interpelado concordou e fez as modificações sugeridas pelo maquiavélico advogado, que modificou a cena do crime de modo a favorecer a defesa.

Na iminência da votação da PEC 37, concebida para retirar do Ministério Público todo e qualquer poder de investigação, recordar essa historinha parece ser mais do que oportuno, não é mesmo?

Na qualidade de Promotor titular, passei pela comarca de Santa Isabel, na qual fiz meu primeiro júri. Causa complicada, com três réus denunciados pela morte da vítima à noite, em meio da mata, sem testemunhas. Provas duvidosas. Três advogados experimentados para o Promotor estreante enfrentar. O Juiz hesitava em declarar aberta a sessão. Depois de muita espera, o julgamento teve início às 15 horas, com sala lotada. Quando me foi dada a palavra, senti a ameaça dos causídicos prontos para me preparar uma saraivada de apartes. Não permiti apartes, sob protestos dos defensores. Estudara os autos detidamente, página por página, e dei início à minha acusação incendiária. Falei com segurança e fluência durante hora e meia. Notei que os advogados ficaram preocupados.

Deu para perceber o que sempre ocorre nas comarcas do interior. O Promotor é um ilustre desconhecido, de passagem pela cidade, ao passo que os advogados são velhos conhecidos de todos.

A familiaridade com os jurados favorece preferencialmente a defesa, Principalmente num caso como aquele, sem provas contundentes.

Claro que deu absolvição. Ainda assim, consegui dois votos a favor no resultado que foi de 5 a 2. O júri terminou cerca das 6h30 horas da manhã seguinte. Depois de encerrado o julgamento foi servido um café da manhã, e tive a oportunidade de saborear o pão fresquinho saído do forno da padaria. Um dos advogados, muito famoso na região, Dr. Cosermelli, revelou-me que ele e seus colegas viram "perigar" a absolvição dos acusados, depois de minha acusação.

Foi um bom começo.

Depois dos primeiros meses em Santa Isabel, o Promotor de Santa Branca, Benedito Gomes da Silva, que tinha família em Jundiá, sugeriu-me uma permuta: ele ficaria em Santa Isabel, mais perto da família, e eu, em Santa Branca. Aceitei a proposta e fui para Santa Branca, uma pequena cidade perto de Jacareí.

Em Santa Branca trabalhei com o Dr. Márcio Martins Bonilha, brilhante magistrado, que seria futuramente Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, e que se tornaria meu amigo.

Era Delegado de Polícia o Dr. Henrique Francisco D' A vila Barbosa Gonçalves, latinista, leitor entusiasta da literatura francesa, que conhecia de cor e salteado. Gaúcho de Pelotas, procedente de uma família patricia, era neto de um senador do Império, o senador D' Ávila. Seu pai, também Delegado de Polícia, era dono de uma excelente biblioteca de história, em francês. Lia Montaigne no original, um texto difícil, "como se estivesse lendo o jornal", na expressão do filho.

Na companhia de Henrique passei bons momentos, divertindo-me com sua conversa vivaz, memória riquíssima, e dita extremamente espirituosa, além de comentários preciosos sobre os clássicos da literatura que conhecia. Figura inesquecível.

Apaixonado por Paris, depois da aposentadoria viajava todos os anos para a capital francesa. Numa dessas viagens eu o acompanhei durante minhas férias.

Quatro anos depois fui promovido para segunda entrância, na comarca de Piracaia, situada na Serra da Mantiqueira, com topografia acidentada, cheia de ladeiras íngremes. Poderoso centro cafeeiro no século XIX, suas extensas fazendas estão hoje repartidas em pequenas propriedades dedicadas à produção agrícola. Nos últimos anos tomou grande impulso, cresceu bastante, e ficou famosa pela grande represa que se transformou em atração turística.

Lá trabalhei na companhia do Juiz Evandro Antonio Cimino, que fez carreira rápida, logo promovido a Desembargador, aposentando-se em seguida. Trabalhador, organizado, metódico, é até hoje um tenaz estudioso do direito, publicando artigos notáveis em revistas especializadas.

A principal lição que aprendi em Piracaia foi à necessidade de moderação no ímpeto acusatório, que deve ter o Promotor, principalmente o jovem estreante na função. Naqueles meados da década de 60, Piracaia recebeu uma sucessão de processos de júri, desaforados da capital. O serviço aumentou consideravelmente na preparação e execução de tantas sessões de julgamento sucessivas.

Dentre os casos em que atuei como acusador apareceu um no qual era réu um irmão de criação da vítima, executada à noite, em lugar ermo, sem testemunhas, a golpes violentos de sarrafo. Vieram de São Paulo dois advogados jovens, mas experientes, cabendo a mim a acusação, que foi apaixonada e veemente, como sempre. O réu foi condenado. Os defensores entraram com recurso. No tempo que decorreu antes do segundo julgamento, tive oportunidade de rever minha posição. Baseei-me nos antecedentes dos participantes.

O réu era um modesto alfaiate, trabalhando dia e noite, de conduta incompreensível. A vítima, pelo contrário, era um desclassificado, sem profissão, beberrão e provocador de briga. Fiquei com crise de consciência pela primeira e única vez na carreira. O segundo júri deu-me oportunidade de correção. Apresentei uma acusação moderadíssima, sem a fúria condenatória da primeira. O réu foi absolvido por unanimidade. Não me esqueço de seu profundo suspiro de alívio ao ouvir a sentença. Fiquei mais tranquilo, certo de ter corrigido um erro cometido por excesso de zelo.

Após os quatro anos em Piracaia vim para a capital, lotado no Juizado de Menores, que àquele tempo equivalia à terceira entrância. Era Juiz de Menores o Dr. Aldo de Assis Dias, que deixou fama no Juizado graças, entre outras iniciativas, à fecunda associação que operou entre o Juizado e o serviço de Ação Social.

Na sede do Juizado de Menores, na Rua Bráulio Gomes, no centro da cidade, tive a sorte de trabalhar junto com algumas pessoas amigas. De alto nível profissional, os Promotores Santana e Domingos Calderaro. E de elevadíssimo nível moral e cultural, o poeta de São Paulo, Paulo Bomfim, que já era muito meu amigo, e ainda a funcionária Leontina, culta, viajada, espírito inquieto, sempre com opiniões interessantes sobre arte, política e Paris, que frequentava com seu segundo marido, Oliveiros Ferreira, do Estadão. Leontina, Paulo Bomfim e eu mantínhamos conversas quase diárias. Ela é mãe do conhecido jornalista da Globo William

Waack. A outra personalidade interessante era o mineiro Hélio Amaral, pesquisador apaixonado de cinema. Foram anos de fecunda convivência com amigos queridos aos quais sou grato até hoje.

A esta altura, início da década de 70, eu já iniciara outra carreira, a de escritor. Em 1950, aos vinte anos de idade, publiquei o primeiro livro, com o título pretensioso *Origens Transcendentes da Literatura*. Inspirado no romantismo, abrindo o texto com citação do poeta alemão Novalis ("A poesia é o real absoluto"), eu concebia a poesia não como simples "literatura", questão de palavras, mas como a descoberta original e primeira do mundo. Portanto, minha carreira como ensaísta, teve início bem antes do meu concurso para o Ministério Público, em 1961.

Em 1955, aos 25 anos de idade, lancei outro livro, *Dicionário dos Excêntricos* (Martins Editora), sob pseudônimo de Alexandre Gravinias. Foi então que aconteceu algo inesperado. O escritor Menotti Del Picchia, autor de *Juca Mulato*, uma das principais figuras da Semana de Arte Moderna, de 1922, que escrevia no jornal *A Gazeta*, quando da publicação do livro, consagrou todo um artigo ao comentário daquele livrinho; talvez com um ou outro relâmpago de intuição, mas ainda imaturo. Escreveu Menotti, num rasgo típico de entusiasmo e generosidade:

"Depois do livro de Coração, "Lições de Abismo", não sei de obra poemática que mais me impressionasse que esta série lucilante e super aguda de pequeninos ensaios e concludentes sínteses."

Ainda até hoje me pergunto se o brilho era do jovem autor, ou do crítico e leitor, que me emprestou um pouco de seu fulgor intelectual.

Outro autor fundamental que me escreveu dizendo do interesse pelo livro foi Carlos Drummond de Andrade. Disse que mantinha o volume sobre sua mesa e com frequência o abria para ler aos poucos.

Daí em diante passei a trilhar, ao lado da carreira de Promotor, uma ocupação paralela, a de escritor. Aposentei-me do MP, mas prossegui no meu trajeto de escritor até hoje. Publiquei uma série de títulos, fixando-me no ensaio filosófico, alimentado pela leitura

aprofundada da obra de Ortega y Gasset, meu mestre insubstituível.

Não mais outro filósofo às secas, de feitio técnico e acadêmico, e sim um "homem humano", perseguido pela necessidade de saber a que se ater no plano do cotidiano que compartilha com todos nós. Não começa a filosofar interrogando-se sobre o "ser", ou "o ser e o nada", mas descrevendo um bosque. "Com quantas árvores se faz um bosque?" E a resposta surpreendente: "O bosque verdadeiro se compõe das árvores que não vejo" (*Meditaciones dei Quijote*, 1914).

Mas Ortega foi e é para mim mais um ponto de partida do que de chegada. Inspirado por suas lições publiquei uma série de livros de elaboração estritamente pessoal. Adotei uma ensaística diferente da que era comum no Brasil, com seus intelectuais vinculados principalmente às fontes francesas, secundariamente anglo-saxônicas. Preferi ligar-me ao ensaio do estilo espanhol (Unam uno, Ortega, Marías), à semelhança de autores hispano-americanos como Octavio Paz (México) e Vargas Llosa (Peru).

Só para amostra citarei alguns títulos principais de minha lavra, por exemplo, a interpretação de Fernando Pessoa, que começava a ser lido no Brasil na década de 60, *Fernando Pessoa, o Outro*, um dos primeiros estudos elaborados no Brasil sobre o poeta dos heterônimos. Seguiram-se *Descartes existencial*, *Viver é perigoso*, *A crise do século xx*, *A pátria descoberta*, *O sabor da vida* (seleta de ensaios publicados em jornal), *O ocidente e sua sombra*, e mais recentemente, *O sentido da vida* (em preparo para a 2ª edição), e *Machado de Assis por dentro*, entre outros.

Portanto, eu era Promotor e escritor. A partir dos trinta anos nunca deixei de escrever regularmente. Sem jamais atrasar processos, comparecendo ao fórum sempre com pontualidade maníaca, presente nas audiências, ouvindo testemunhas para colaborar com o Juiz, atendendo todas as pessoas que me procuravam.

Ao início dos anos 70, outra ocupação se acrescentaria ao meu currículo. Virei jornalista, na condição de colaborador da empresa *O Estado de S.Paulo*, função que exerci por longos 36 anos. Já não me sentia amador como jornalista, e sim um verdadeiro profissional.

As circunstâncias em que passei a colaborar no *Jornal da Tarde* foram curiosas, nada correntes e nem um pouco formais. Não era conhecido por ninguém na redação, nem na diretoria. O diretor do *Jornal da Tarde*, e herdeiro da empresa, Ruy Mesquita, falecido recentemente, nunca ouvira falar no meu nome. Não tinha curso de jornalista e não fui indicado por ninguém.

O que ocorreu foi o seguinte. Vivíamos o pior momento da ditadura militar, sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que marcou o auge do autoritarismo, da tortura, e da severa censura aos meios de comunicação. Os censores militares acompanhavam as matérias dos jornais trabalhando dentro das redações. Muitas pessoas, universitários, professores, operários, profissionais liberais eram presos em casa, altas horas da noite, conduzidos para interrogatório, e alguns jamais reapareciam vivos. Frequentemente, permaneciam presos por longos meses ou anos, sem saberem do que eram acusados.

Pois bem, eu era um promotorzinho de 40 e poucos anos, com posição política bem nítida e definida. Nunca fui radical politicamente, nem de direita e muito menos de esquerda. Eu era como sou até hoje, essencialmente um liberal. Não adepto do "liberalismo individualista" herdado do século XIX, mas de versão mais moderna da doutrina liberal, o *liberalismo social*. Porque já aprendera com meus mestres que o defeito não estava no liberalismo, e sim no qualificativo que o acompanhava - "individualista". Já sabia como sei até hoje, que a realidade radical é o indivíduo: sou eu, é você, ele ou ela. É no âmbito, no cenário, da minha vida que se radicam e que me encontro com todas as demais realidades, sem exceção alguma. Pois bem, posto isso, segue-se que, embora no concreto minha vida (a sua, a dele) constitua a realidade radical, na qual todas as demais aparecem, o conteúdo, a substância da vida humana individual é toda ela, de origem *social*: a língua que eu falo, é anterior a mim, eu a recebo da sociedade, e assim os usos que incorporo desde o nascimento, minhas crenças (religiosas ou científicas) são também de conteúdo social, assim como minhas expectativas do futuro. Conclusão: eu vivo dentro da sociedade e a sociedade está dentro de mim. Não existe exclusão entre indivíduo e sociedade, mas inclusão recíproca. Logo, o individualismo não se justifica, nem tem sentido. O liberalismo individualista, típico do século XIX, da sociedade vitoriana, por exemplo, dará lugar ao liberalismo *social*, porque o indivíduo é social da cabeça aos pés.

Jamais suportei nem admiti a legitimidade do golpe implantado pelos generais em 31 de março de 1964, seguido do endurecimento posterior que transformaria o regime numa ditadura cruenta com muita perseguição injusta, prisões arbitrárias, censura à imprensa, restrição da liberdade de crítica e de ideias, tortura institucionalizada, com a multiplicação de atentados aos direitos humanos sob o pretexto de salvar o País do "comunismo". Aos meus olhos tudo isso não passava da regressão política mais absurda e inseparável, que só serviria para agravar e alimentar a sanha da guerrilha, como realmente ocorreu.

Tomado de indignação e impaciência, escrevi um artigo de crítica impiedosa ao regime de exceção da "ordem unida". Leitor constante do *Jornal da Tarde remeti* o texto ao diretor daquele jornal ligado, via *O Estado de S.Paulo*, à história de São Paulo e do Brasil, à Revolução Constitucionalista de 32, à fundação da USP, à resistência corajosa ao Estado Novo. Sem interferência de terceiros, sem ao menos me conhecer pessoalmente, ou de nome, Ruy Mesquita publica no dia seguinte meu artigo. Intitulava-se "Decreto secreto e lei mental", crítica severa à decisão recente do governo de exarar decretos secretos em matéria de segurança. Fiz analogia com outro instituto análogo, a chamada Lei Mental (que só o rei controlava vigente na monarquia portuguesa absoluta do século XV.). Este texto inaugural saiu no dia 24 de Novembro de 1971.

Seguiram-se muitos outros, não só de política, como de cultura. Durante este tão longo período, até o ano de 2007, jamais fui incomodado por qualquer restrição ou censura dos responsáveis pelos jornais.

Sinto orgulho de ter participado daquele grupo de jornalistas decididos a afrontar as forças de opressão, no momento mais perigoso e agressivo do regime, arriscando sua segurança e até sua vida por amor dos valores em que acreditavam e pelos quais viviam.

Depois da passagem pelo Juizado de Memórias (3ª Entrância), fui parar na Vara Distrital de Santana, instalada num prédio velho e precário da Rua Voluntários da Pátria, anteriormente ocupado pelo Banco do Brasil. Trabalhei com vários Juízes, dos quais me ficaram na memória o Dr. Edmeu Carmesini, que iniciara a vida como advogado no interior, com o qual me dava muito bem. Pessoa educada, magistrado equilibrado e amadurecido, sabia ouvir com máxima atenção as partes do contraditório, e sua decisão final costumava ser irrepreensível. Carmesini sempre foi a figura perfeita de um justo, mas aí de quem facilitasse com ele arranhando seu senso ético, sempre apuradíssimo. Eu sempre admirei sua coragem e seu discernimento.

Outro Juiz simpático e comunicativo, que sempre vinha à minha sala, era Scarance Fernandes, espírito prático e dotado de robusto bom senso.

Mas a personalidade mais fulgurante do fórum de Santana era o Promotor Luiz Calderaro, da Primeira Vara. Uma figura inesquecível com seu corpanzil, sua agilidade mental, sua comunicabilidade e sua cintilante presença de espírito. Antes de ingressar no Ministério Público, Calderaro fora ator destacado de teatro e de cinema. Contracenou com Cacilda Becker, na peça "A Dama das Camélias", e trabalhou no filme "Uma Pulga na Balança", da Vera Cruz. Na hora do lanche Luiz era um *show*, contando casos de sua vida no interior, de sua carreira artística, e das pessoas interessantes que conheceu. Muito preocupado com doenças, suas gavetas na mesa da Promotoria eram repletas de remédios, que inclusive dava de presente para quem precisasse. Por ironia do destino veio a falecer, ainda em idade madura, em consequência de um erro médico. Contraiu leucemia e foi diagnosticado como portador de anemia. Quando descoberto o engano, um ano depois, já era tarde.

Nos 10 anos em que estive na distrital de Santana, lembro-me de um único episódio de desavença com a Magistratura, que não teve maiores consequências graças ao bom entendimento que predominou no relacionamento entre Promotor e Juiz. Pela primeira e única vez em minha carreira tive um pedido de arquivamento de inquérito recusado. O caso me pareceu insignificante briga de casal, e a melhor política, a meu ver, seria o arquivamento. Era Juiz o Dr. Adalberto Denser de Sá, que mantinha comigo um tratamento simpático e amigável. Pois ele não concordou com meu pedido de

arquivamento, e, sem me avisar, remeteu o caso ao Procurador-Geral, nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal. Em casos semelhantes, a praxe predominante é o Juiz comunicar previamente ao Promotor sua decisão. O Dr. Adalberto fez a comunicação, mas só depois de o inquérito subir para a Procuradoria.

Direito seu, eu não teria nada a reclamar. Mas a verdade é que fiquei ligeiramente agastado devido à transparência que reinava em nossa convivência profissional. Ocorreu-me, então, uma providência que poderia parecer retaliação ou desafio, mas minha intenção não passou de simples repique amigável. Lembrei-me de um velho axioma de Direito corrente nas polêmicas dos tribunais:

De minimis non curat praetor (“o pretor não cuida de ninharias”).

Daí em diante, todos os meus pedidos de arquivamento terminavam com a citação desta veneranda sentença repetida com obstinação. Outro magistrado poderia ficar ofendido, mas o Dr. Adalberto é um temperamento especial. Seu humor em nada se alterou e nosso relacionamento continuou normal e descontraído, como sempre, até sua despedida daquele fórum.

E assim me aproximo do final deste relato biográfico.

Depois da Vara Distrital de Santana fui promovido a Procurador, por antiguidade.

Do ponto de vista profissional, a promoção a Procurador significa maior responsabilidade. Afinal, o parecer do Ministério Público tem seu peso no acórdão dos julgadores de segunda instância. Quando bem estudado e bem elaborado colabora para decidir, em última instância, do destino do réu.

Do ponto de vista pessoal, o Procurador perde a convivência com o fórum, onde encontrava diariamente os colegas, os juízes, advogados, serventuários e testemunhas. O Procurador fica condenado à solidão do processo vibrando em suas mãos como um drama silencioso, com atores mudos e tensos, à espera de um prejulgamento, um parecer abalizado, que tenha o condão de filtrar a matéria do contraditório de modo a contribuir para o

estabelecimento da paz e da segurança que é a finalidade da Justiça.

"Testa e texto", como se diz. Adeus conversas na hora do lanche, muitas vezes esclarecedoras do mérito das causas, adeus consultas informais para esclarecer dúvidas ou para apoiar-se no juízo dos mais experientes. Restam ao Procurador apenas as pesquisas acuradas na jurisprudência e na doutrina. O resto, o conteúdo e a forma da sua opinião cabem a ele mesmo elaborar com o ouvido atento como nunca à voz de sua consciência.

Resta manifestar minha gratidão ao Ministério Público pelas excelentes condições de trabalho a mim proporcionadas, pela segurança e a independência que me foi garantida do começo ao fim da carreira, e pela oportunidade de ter participado da presente fase de crescimento não só material, como da responsabilidade institucional do *parquet*, e de seu engrandecimento perante a opinião pública não somente em São Paulo, como em âmbito nacional.